



monumentos

25

Revista Semestral de Edifícios e Monumentos · SETEMBRO 2006

DOSSIÉ: Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa

Onde pára a Sabedoria? Propostas estratégicas para a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial

a *Sofia*: primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa

Rua da Sofia: um *campus* universitário em linha

Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica

O Colégio das Artes

Do Colégio das Artes, à Rua da Sofia: novas modernidades no espaço urbano de Coimbra

Arquitectura judicial: o Palácio da Justiça de Coimbra

O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra

Estuques maneiristas do Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência: apontamentos para o seu estudo

Os retábulos de pedra dos colégios da Rua da Sofia

Pittura senza tempo em Coimbra, cerca de 1600: as tábuas de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão na sacristia da Igreja do Carmo

Um ciclo do profeta Elias no claustro do Colégio de Nossa Senhora do Carmo. Contributo para o estudo iconográfico

A conquista do terceiro espaço: uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra

A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra

No lugar da "Avenida Central"

1131-1993, as duas datas de um projecto. Fernando Távora, Santa Cruz e o Largo de Sansão

Núcleo Museológico da Cidade Muralhada: contributo para o estudo da muralha de Coimbra

O museu do Edifício Chiado: colecção Maria Emília e José Carlos Telo de Morais

Duas obras do início do século XX na entrada de Coimbra: do Hotel Astória à Casa Ângelo da Fonseca

Os jardins de Coimbra, um colar verde dentro da cidade

VÁRIA

As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra. Ensaio de classificação tipológica

Conservação e valorização em Conímbriga: projectos e obras

Um sedimento, uma ruína, um projecto: o Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guarda

Um retrato real nos jardins do Palácio Fronteira



DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

monumentos

DIRECTORA
Margarida Alçada

CONSELHO EDITORIAL
Alexandre Alves Costa
Augusto José Marques da Costa
José Eduardo Horta Correia
José Fernando Canas
José Manuel Fernandes
Lúcia Rosas
Rafael Moreira
Raquel Henriques da Silva
Vítor Serrão

COORDENAÇÃO
Andrea Cardoso

REDACÇÃO
Maria João Reis Martins
Paula Tereno

TEXTOS
Ana Paula Rebelo Correia
Berta Duarte
Carla Alexandra Gonçalves
Cristina CastelBranco
Hélia Silva
Jorge Figueira
José António Bandeirinha
José Manuel Fernandes

José Santiago Faria
Luísa Cortesão
Luísa Trindade
Maria de Lurdes Craveiro
Marta Macedo
Nuno Ribeiro Lopes
Paula Noé
Pedro Alarcão
Raquel Henriques da Silva
Rodrigo Marques
Rui Lobo
Rute Figueiredo
Vítor Serrão
Walter Rossa

ABSTRACTS
Cíntia Pereira de Sousa

EDIÇÃO E PROPRIEDADE
Direcção-Geral dos Edifícios
e Monumentos Nacionais
Praça do Comércio, Ala Oriental,
2.º Andar
1149-005 Lisboa
Redacção: 21 881 70 42/45
Assinaturas: 21 881 70 49
Fax: 21 888 02 49
E-mail: monumentos@gmail.com
Internet: www.monumentos.pt

DESIGN
TVM Designers

EXECUÇÃO GRÁFICA
Textype

DISTRIBUIÇÃO
HT - Distribuição e Comercialização
de Produtos Culturais, Lda.

Periodicidade Semestral
Preço por número: 15 € (IVA incluído)
Tiragem: 5000 exemplares
ISSN: 0872-8747
Depósito Legal n.º 79253/94

Os artigos são da inteira responsabilidade
dos respectivos autores.
Os textos e as imagens desta publicação
não podem ser reproduzidos sem
autorização prévia da Direcção-Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais.

monumentos

DOSSIÉ: Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa

- Nuno Ribeiro Lopes 10 **Onde pára a Sabedoria? Propostas estratégicas para a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial**
- Walter Rossa 16 **a Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa**
- Rui Lobo 24 **Rua da Sofia: um *campus* universitário em linha**
- Rui Lobo 32 **Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica**
- Maria de Lurdes Craveiro 46 **O Colégio das Artes**
- José Manuel Fernandes 54 **Do Colégio das Artes, à Rua da Sofia: novas modernidades no espaço urbano de Coimbra**
- Rute Figueiredo 58 **Arquitectura judicial: o Palácio da Justiça de Coimbra**
- Maria de Lurdes Craveiro 68 **O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra**
- Hélia Silva 76 **Estuques maneiristas do Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência: apontamentos para o seu estudo**
- Carla Alexandra Gonçalves 86 **Os retábulos de pedra dos colégios da Rua da Sofia**
- Vítor Serrão 92 ***Pittura senza tempo* em Coimbra, cerca de 1600: as tábuas de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão na sacristia da Igreja do Carmo**
- Ana Paula Rebelo Correia 108 **Um ciclo do profeta Elias no claustro do Colégio de Nossa Senhora do Carmo. Contributo para o estudo iconográfico**
- Marta Macedo 122 **A conquista do terceiro espaço: uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra**
- José Santiago Faria 130 **A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra**
- Jorge Figueira 138 **No lugar da "Avenida Central"**
- José António Bandeirinha 146 **1131-1993, as duas datas de um projecto. Fernando Távora, Santa Cruz e o Largo de Sansão**
- Berta Duarte 154 **Núcleo Museológico da Cidade Muralhada: contributo para o estudo da muralha de Coimbra**
- Raquel Henriques da Silva 160 **O museu do Edifício Chiado: colecção Maria Emília e José Carlos Telo de Morais**
- José Manuel Fernandes 164 **Dois obras do início do século XX na entrada de Coimbra: do Hotel Astória à Casa Ângelo da Fonseca**
- Cristina Castel-Branco 170 **Os jardins de Coimbra, um colar verde dentro da cidade**
- 186 **Bibliografia**
- 188 **Inventário do Património Arquitectónico**
- VÁRIA
- Paula Noé 198 **As igrejas de Misericórdia do distrito de Coimbra. Ensaio de classificação tipológica**
- Pedro Alarcão 208 **Conservação e valorização em Conímbriga: projectos e obras**
- Luísa Trindade, Rodrigo Marques, Luísa Cortesão 214 **Um sedimento, uma ruína, um projecto: o Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guadalupe**
- Ana Paula Rebelo Correia 226 **Um retrato real nos jardins do Palácio Fronteira**
- 234 **Intervenções no Património**
- 236 **Cursos/Conferências/Colóquios**
- 238 **Publicações**

a Sofia

Primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa

WALTER ROSSA

A pedra de toque da reforma do ensino empreendida por D. João III, nas décadas de 1530 e de 1540, foi a criação de um nível propedêutico à universidade para o ensino das Artes. Teve também como desígnio reinstalá-la numa urbe sem o bulfício que então prejudicava os *estudos* em Lisboa. Com esses princípios, o ensino universitário propriamente dito foi completamente reformulado, sendo essa apenas uma das consequências de tão revolucionária acção. De entre elas, as que aqui mais nos interessam foram a transferência definitiva da Universidade para Coimbra, formalizada em 1 de Março de 1537, e a invasão do então recatado e decadente burgo de cinco mil habitantes por uma *corte universitária* que, num quarto de século, fixou essa cifra em algo como doze mil. Dessa forma, Coimbra adquiria um estatuto único em Portugal e raro em todo o mundo: sede dos únicos *estudos gerais* do Império Português até ao final do Antigo Regime e da Idade Clássica. A monofuncionalidade urbana daí decorrente também não foi menos rara e prolongou-se até bastante mais tarde.

Em 1527 e após uma visita à cidade, D. João III iniciara o processo com uma reforma imposta ao Mosteiro de Santa Cruz através de um frade jerónimo, Brás de Barros, que havia concluído graduações em Paris e Lovaina. A estratégia então empreendida consistia no desenvolvimento do pólo escolar privado do mosteiro, por forma a que este viesse a comportar estudantes externos e a poder conceder graus. Tudo isso à custa dos enormes recursos económicos e fundiários do cenóbio. Foi o começo do processo que culminaria com o sucesso da transferência — não tanto da instalação — da Universidade em Coimbra.

A gestão da acção coube de facto ao monarca, por vezes em divergência com o administrador que nomeara para Santa Cruz. A par de Brás de Barros, três pessoas repartiram responsabilidades perante o rei, sendo até mais fiéis executores das suas ordens: Sebastião da Fonseca (desembargador), Vasco Ribeiro

(vedor) e Diogo de Castilho (mestre-de-obras, empreiteiro e arquitecto).

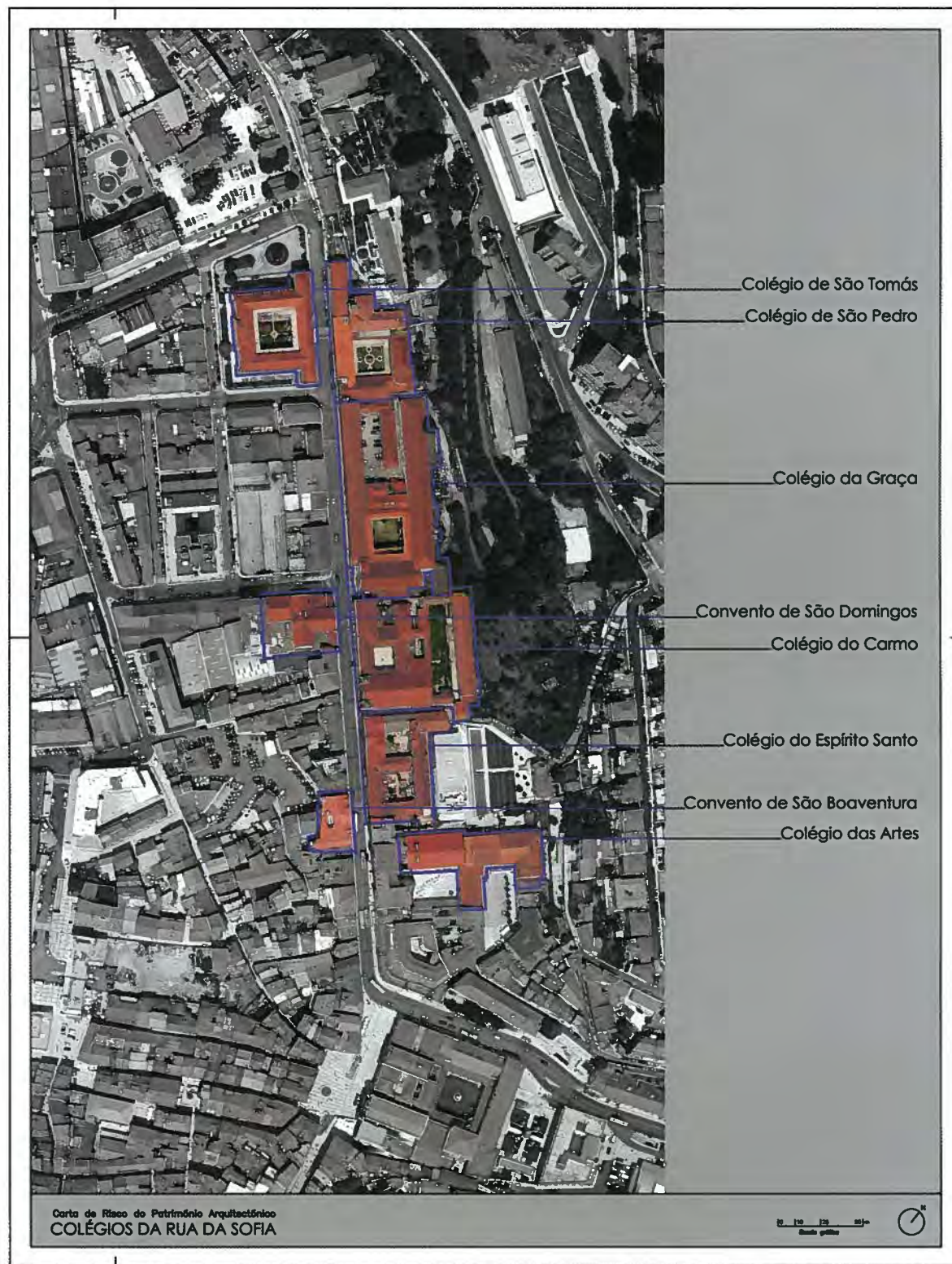
As expectativas iniciais de D. João III sobre o sucesso da reforma cedo foram ultrapassadas, sendo o rei sucessivamente compelido a encontrar soluções para prover a universidade de mais espaços e a cidade de mais acomodações para estudantes e mestres. Ao invés do que antes sucedia em Lisboa, os estudos em Coimbra suscitaram uma enorme e inesperada procura de religiosos e leigos. O monarca não o previra e, bem assim, não prevenira os impactos urbano e urbanístico daí decorrentes.

Por mau planeamento, modesta previsão do sucesso, falta de meios próprios de investimento, falhas na adesão atempada das instituições religiosas regulares e seculares ao sistema colegial almejado, ausência de avaliação cuidada do potencial e disponibilidade para o investimento privado em habitação de rendimento, mudança rápida nos contextos ideológicos hegemónicos e pelo seu grande experimentalismo e inovação, a Reforma Joanina acabaria por ter um curso longo traduzido em três grandes momentos: o primeiro, entre 1537 e 1544, cheio de hesitações e incongruências, precedido, aliás, por uma década de iniciativas ainda

a Sofia: first episode of the Portuguese University's modern relocation

Rua da Sofia – also known as *a Sofia* – was designed in 1535 so as to accommodate the Portuguese University, relocated in Coimbra after being transferred from Lisbon on the symbolic date of 1 March 1537 (247 years after its foundation by king D. Dinis).

Successive changes to its original plan – that included a major college, five minor colleges and accommodation – caused by the unexpected success of reform have given this street a less ambitious destination. However, it still maintains its status, not merely toponymical, as an urbanistic, cultural and ideological symbol of the Portuguese university's modern reform.



1 | Coimbra: Sofia, ortof com a loca dos colégic

mais confusas; o segundo, entre 1544 e 1555, caracterizado pela instituição do Colégio das Artes, que corporizou a tradução portuguesa do que num registo humanista laico se fazia nas universidades europeias de vanguarda; o terceiro, correspondendo à entrega desse colégio à Companhia de Jesus (1555) e a concomitante afirmação da hegemonia jesuíta, o que acertaria o passo com o contexto político-ideológico da Contra-Reforma. Nas suas características essenciais assim se manteria o sistema universitário português até à Reforma Pombalina empreendida em 1772.

Numa fase prévia ao primeiro desses momentos, assistimos à consubstanciação planeada das novas instalações universitárias na Baixa de Coimbra dentro e a partir do Mosteiro de Santa Cruz. Depois, já no curso assumido da reforma, esse processo deu lugar ao estabelecimento da universidade em ensanche segundo uma *rua nova*, a da Sofia, mas também à súbita necessidade de se ocuparem estruturas preexistentes na Alta e de para ali se planear a ocupação de terrenos vagos, designadamente em todo o sector nordeste. Em Outubro de 1537, meio ano após



2 Pranta de Coimbra e seus contornos sobre o rio do Mondego, autor não identificado, finais do século XVIII. Note-se a excepcionalidade morfológica constituída pelo ensanche da Rua da Sofia.

a transferência de Lisboa para Coimbra, o rei decidiu que, afinal, a universidade propriamente dita — os *estudos* ou os *gerais* — ficavam na Alta e que na *rua nova* da Baixa se fixariam colégios de religiosos e habitações.

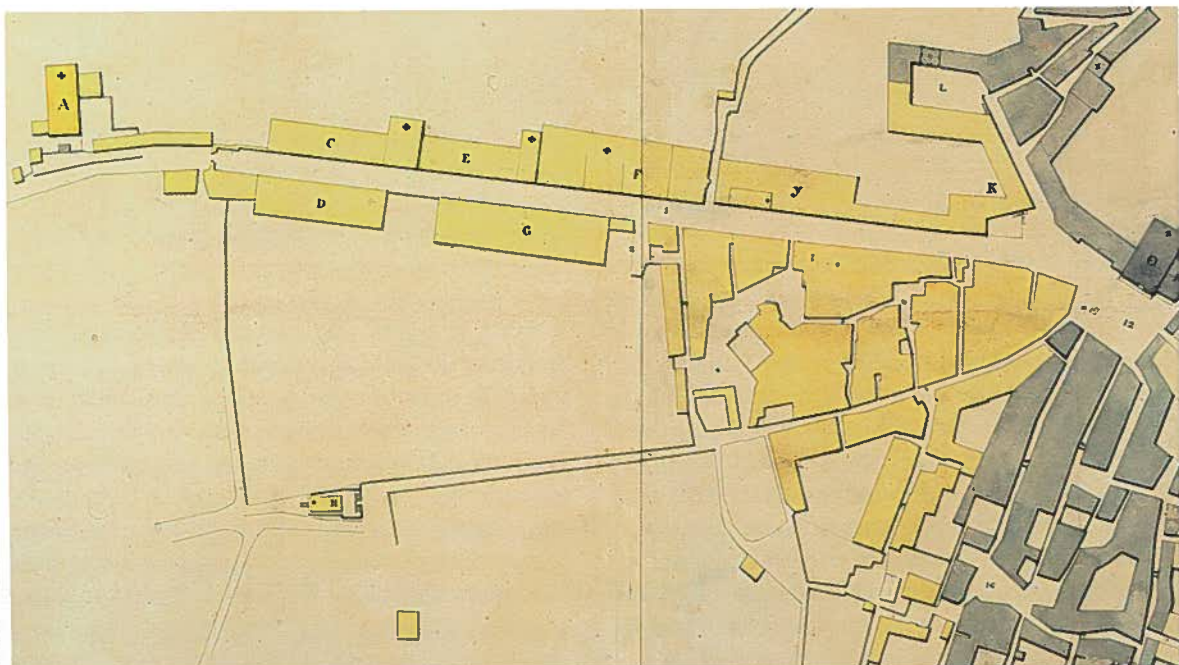
No lugar inicialmente previsto para os *estudos*, à cabeça dessa *rua nova*, acabariam por se erguer os colégios crúzios de São Miguel e de Todos-os-Santos, que, em 1544, sofreriam, por sua vez, uma profunda reforma com vista a albergarem unitariamente a instituição propedéutica laica, o Colégio das Artes. Perante o insucesso e a resistência passiva de leigos e religiosos de outras ordens à frequência dos colégios propedéuticos

fundados no seio do Mosteiro de Santa Cruz, foi esse o grande móbil do segundo período da reforma.

O desenvolvimento e a consolidação do *campus* (*avant-la-lettre*) na Alta, a necessidade de instalações maiores para o Colégio das Artes e a procura da proximidade do colégio jesuíta, depois de a sua gestão ter sido entregue a esta congregação religiosa — no cúmulo de um processo de desacreditação da matriz laica e humanista fundacionais —, acabaram por determinar a mudança do Colégio das Artes da Sofia, primeiro (1566) para o Colégio da Companhia de Jesus, depois para o edifício próprio iniciado em 1568 e tal como aquele junto ao novo Largo da Feira dos estudantes.

Pouco mais de três décadas depois de ter sido concebida como expoente urbano, urbanístico e até ideológico da reforma e concomitante instalação da universidade em Coimbra e após ter sido reformada em sede dos estudos propedéuticos, a Rua da Sofia acabou relegada para um desempenho urbano distante do conceito e programa de *campus* universitário que a determinara. Com excepção para o Colégio das Artes, que em breve se viu refuncionalizado em Inquisição, os colégios ali erguidos mantiveram a sua função até à desamortização dos bens das ordens religiosas em 1834, mas a universidade já não estava ali de todo. Parte desses edifícios foi ocupada com funções comuns (habitação, comércio, serviços) e apenas um deles acolheu um programa que permitiu conservar as matrizes do seu carácter arquitectónico e programático: o Colégio da Graça, reconvertido em quartel. Contudo, a Rua da Sofia desempenhou sempre o outro desígnio, mais prosaico, que presidiu à sua abertura: o descongestionamento do acesso norte à cidade.

Em rigor, a universidade nunca chegou a estar na Rua da Sofia, ainda que para tal tenha a rua sido aberta. Isso faz com que para um qualquer processo de avaliação patrimonial ou de valorização nos domínios da teoria e história urbanísticas, o seu programa



3 Rua da Sofia, pormenor do *Mappa Topografico da Cidade de Coimbra* com a divisão das antigas Freguezias, autor não identificado, finais do século XVIII. As cores correspondem à nova divisão administrativa.



4 Mappa Topográfico da Cidade de Coimbra com a divisão das antigas Freguezias, autor não identificado, finais do século XVIII. Este desenho foi, muito provavelmente, o borrão legendado do anterior.

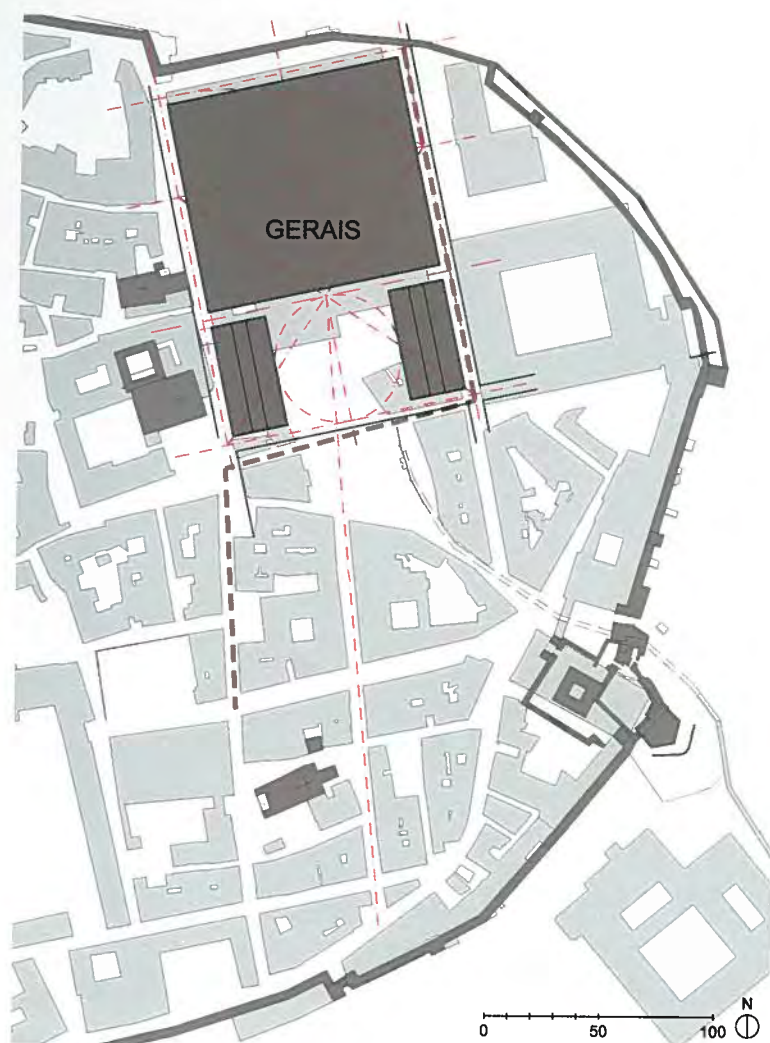
original e a sua expressão material actual primeiro se devam isolar para então se lerem em conjugação. A Rua da Sofia vale mais pela sua materialidade arquitectónica e urbanística, pelo seu papel de ensanche de uma cidade atrofiada, pelo seu longo e rico processo de transformação sedimentada, do que pelo frustrado plano funcional e ideológico que determinou a sua conformação, mas acabou longe da concretização plena. Importa-nos esse carácter absolutamente controverso da sua história e fundação.

Se a acção política em questão até ao triunfo do integrismo contra-reformista revela uma nova atitude só compaginável com as inovações culturais próprias do humanismo maduro de Quinhentos, a sua materialização inscreve-se numa estável, mas evolutiva, linha de continuidade com relação a práticas de gestão urbanística anteriores, isso quando perspectivada no domínio disciplinar e metodológico da história do urbanismo, designadamente se tivermos presente os seus mais recentes desenvolvimentos em Portugal.

A primeira referência à intenção de abertura da Rua da Sofia surge numa carta régia, de 17 de Abril de 1535, dirigida a Brás de Barros, da qual foi portador Diogo de Castilho. Nela ficou clara a intenção e o partido topográfico-urbanístico da iniciativa. De 20 de Março de 1538 é o primeiro documento onde surge a sua designação extensa: *Rua de Santa Sofia*. Trata-se

de um dos contratos com que nesse mês e no seguinte se fizeram as cedências para construções de casas na sua frente poente. A conformação da rua arrancava sob um mote toponímico cuja justificação é óbvia, mas que não deixa de ser raro. Não só pela designação incomum, mas pelo facto de ter sido atribuído e não induzido pelo uso, como até então era habitual, o que só reforça a densidade ideológica e normativa da iniciativa. Nesses contratos ficam expressas não só a obrigação de construir num curto espaço de tempo uma *arquitectura de programa* desenvolvida em três pisos, mas também outras normas com vista a assegurar a sua regularidade formal — a *formuzura*.

A construção de casas foi lenta, tendo sido frequente a reversão dos lotes e a sua revenda. As hesitações e o florescimento universitário da Alta faziam reear os investidores. Também não foi fácil encontrar prelados ou ordens religiosas que quisessem erguer colégios na Baixa. Só em Dezembro de 1541 foram celebrados os primeiros contratos, quiçá motivados pelo adiantado estado de construção dos colégios crúzios de São Miguel e de Todos-os-Santos iniciados em finais de 1536, os quais, menos de uma década depois, viriam a constituir-se como esqueleto do Colégio das Artes. O desígnio inicial de se construírem colégios para leigos e religiosos financiados por prelados diocesanos teve fraca resposta, pelo que acabaram por ser erguidos por



5 Alta de Coimbra, proposta de reconstituição do plano para a instalação no sector nordeste do edifício dos gerais, após o abandono da opção inicial na Rua da Sofia (executada por Sandra Pinto), sobre o levantamento anterior à reforma e às demolições do Estado Novo, na década de quarenta. Daqui terá decorrido a instalação dos edifícios dos Colégios de Jesus e das Artes ainda existentes, bem como a conformação do Largo da Feira.

ordens religiosas, ou por elas tomados, após o impulso inicial de um bispo, como sucedeu com os colégios de São Pedro e do Carmo. Como é óbvio, estes factos são convergentes com a alteração do programa e expressão arquitectónica dos edifícios, que adquiriram uma tipologia ambígua entre o colégio e o convento.

Tanto quanto até hoje foi possível apurar, o plano inicial para a nova rua era bem simples e regular. O seu traçado conjugou as condicionantes impostas pela topografia com um alinhamento sobre a frente colegial do Mosteiro de Santa Cruz, escamoteando a igreja. Algumas décadas depois seria coroado pela implantação na encosta, e sobre aquele mosteiro, do Colégio da Sapiência, designação conclusiva e adesão à Alta da nova e definitiva instalação universitária crúzia.

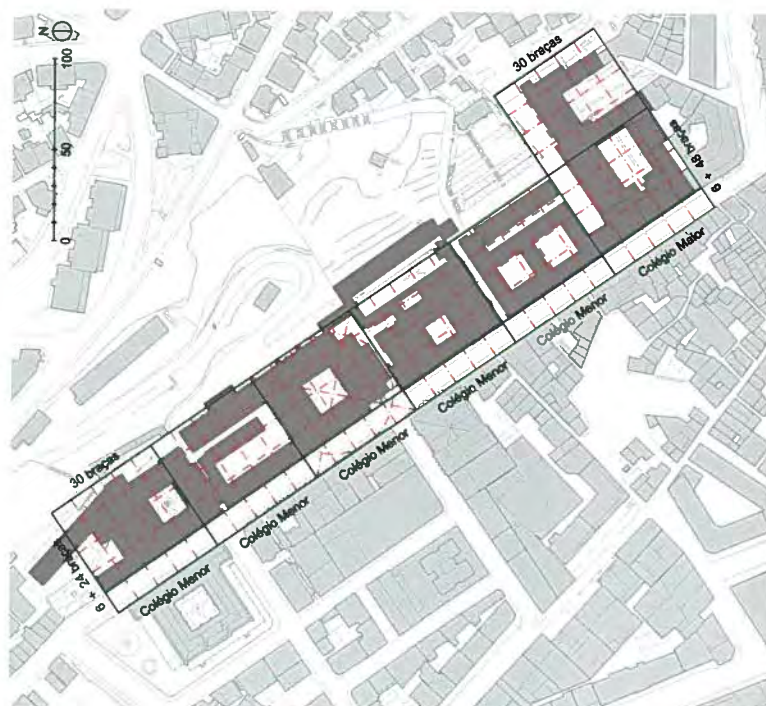
Um dos lados da Rua da Sofia, o nascente arrimado a Montarroio, foi destinado à instalação de colégios, tendo o conjunto consagrado aos *estudos* à cabeça, ou seja, no início da rua e em relação directa com o Largo de Sansão (hoje Praça 8 de Maio), fronteiro ao Mosteiro de Santa Cruz. O outro lado da Sofia destinava-se à construção de casas, prioritariamente para professores, mas também para estudantes e funcionários, regra depois completamente ultrapassada com a construção do Colégio de São Boaventura e a extensa instalação do Convento de São Domingos e correlativo Colégio de São Tomás.

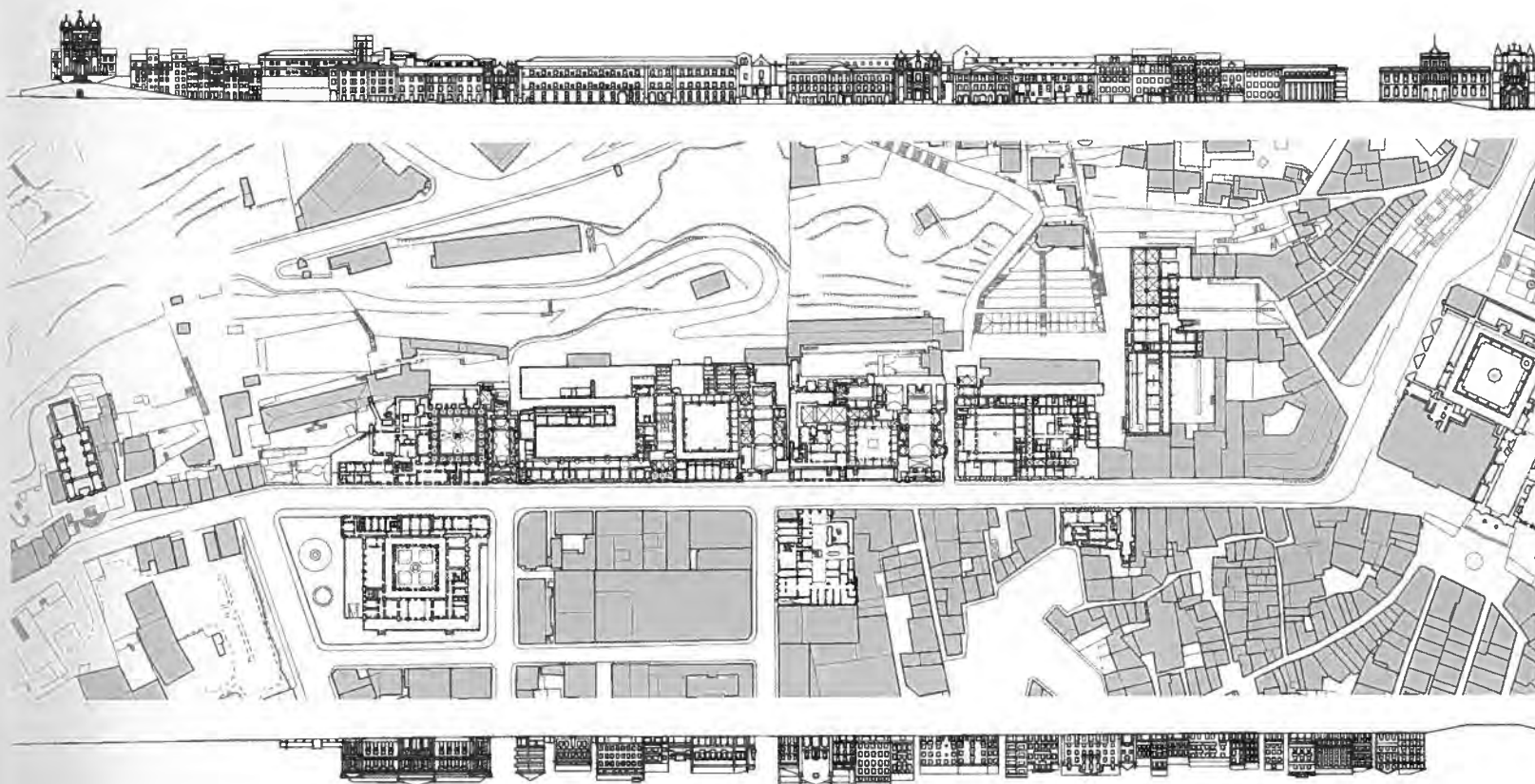
Interessante e disciplinarmente relevante é o rigor geométrico-compositivo com que, tudo o leva a crer, o conjunto foi planeado, ainda que na execução se não tenha caprichado tanto e algumas preexistências tenham imposto desajustamentos. Para tal terá sido usado um módulo quadrado com 6 braços (13,2 metros) de lado. Para cada colégio, num total previsto de cinco, foram deixados cinco módulos de frente e quatro de fundo, o que, com o módulo para a largura da rua, perfaz quadrados de 5x5 módulos (30x30 braços, 66x66 metros). Aos cinco módulos/colégios de 5x4 (30x24 braços, 66x52,8 metros) somavam-se mais dois, num dos quais inicialmente se planeava a construção dos *gerais* da universidade, sendo o outro destinado a espaço simultaneamente de permeio e extensão do Largo de Sansão. Só que o lote destinado à implantação dos *gerais* tinha praticamente o dobro da profundidade dos demais.

No fundo, o sistema previra 5+1 propriedades de 5x4 módulos de base 6 braços, tendo uma mais quatro módulos de fundo. Com algumas diferenças ligeiras, as frentes dos lotes aforados para construção de casas no lado poente da rua eram também submúltiplos de 6 braços. Curiosamente, mas sem que isso possa ser afirmado com igual segurança, a altura dos edifícios também surge medianamente referenciada a cerca de 6 braços de altura. É como se a rua tivesse como regra ter de altura tanto quanto de largura. Quadrados de iguais dimensões estão na base da composição dos alçados das três igrejas colegiais ainda conservadas.

As igrejas eram o interface com o público de três dos quatro colégios que ocuparam os cinco lotes para tal constituídos do lado nascente, pois um deles (o da Graça) acabou por ocupar dois. O Colégio do Espírito Santo era o único cuja igreja não era pública. Com efeito, a topografia obrigou a construir as igrejas contra Montarroio com o pavimento quase um piso acima do nível da rua. Isso ditou a criação de uma

6 Rua da Sofia, diagrama do esquema compositivo e programático, sobreposto ao levantamento actual, correspondente ao designio inicial de abertura da rua (executado por Sandra Pinto).





7 Rua da Sofia, alçados e planta ao nível inferior das igrejas e claustros do lado nascente da Rua da Sofia na actualidade, executados por Sandra Pinto.

plataforma anterior (Graça) ou de um nártex (Carmo e São Pedro), o que marca o ritmo dos alçados colegiais da rua. Estas igrejas constituíram-se como um tipo dentro da arquitectura portuguesa.

A Igreja da Graça (1555), cabeça de série em tempo e formas, sintetiza o partido espacial da nave da velha igreja românica do Mosteiro de Santa Cruz com a linguagem própria da sua época. A abóbada de berço com caixotões compostos de acordo com os figurinos tratadísticos clássicos, é a primeira do género em Portugal. Também foi uma novidade o facto de a cobertura da capela-mor se constituir em extensão a igual altura da própria nave, a qual contribui para um surpreendente efeito de unidade e de monumentalidade do espaço.

Porém, quiçá o mais inovador e coerente aspecto dos colégios universitários da Rua da Sofia reside nos seus claustros de dois pisos. Neles podemos encontrar a evolução portuguesa para o apuramento de um tipo que já não é o do *horto conclusus* medieval, mas sim o elemento central de composição e de distribuição da arquitectura e da vida comunitária, claramente a meio caminho entre o que eram os pátios também colegiais de instituições laicas como o do Colégio das Artes, ali ao lado, e os de algumas ordens, ou melhor, congregações religiosas como a Companhia de Jesus e o dependente Colégio das Artes, na Alta. Também do ponto de vista estrutural e compositivo, claustros como os dos colégios da Graça, do Carmo ou de São Tomás são o meio caminho para a resolução dos impulsos das abóbadas das alas, tendendo para o abatido sem o recurso a contrafortes aparentes, mas também para o escamoteamento em alçado do plano vazio intermédio que implicam.

Curiosamente, o primeiro dos colégios a ser erguido na Rua da Sofia — o cisterciense do Espírito Santo —, tirando partido da posição *sui generis* da sua igreja privada, apresenta uma solução em dois espaços que na realidade são pátios e não claustros. Por esses e outros aspectos, este foi o conjunto religioso da Sofia com características mais vincadamente colegiais, ao invés dos demais que veiculam muito daquilo que era um convento ou mosteiro. Por tal razão, por ter sido o primeiro a ser definido e por confronto com arquétipos estrangeiros, foi, por certo, o colégio que mais se assemelhou ao sistema inicialmente previsto para toda a rua. Também São Tomás disso se aproximou, tirando partido do facto de não necessitar de igreja por ter ao lado o convento da mesma ordem (São Domingos). Ironicamente, pouco resta daquilo que deveriam ter sido os principais marcos decorativos e as únicas relações do colégio-arquétipo com a rua — os portais, alguns deles, aliás, deslocalizados.

O Colégio das Artes, que resultou da transformação, por volta de 1547, dos dois colégios crúzios recém-construídos, São Miguel e Todos-os-Santos, acabou dando lugar a um conjunto edificado com um diálogo ambíguo com a Rua da Sofia e a Praça de Sansão, estabelecendo a sua articulação com o exterior também por um espaço próprio arrimado a Montarroio, o futuro Pátio da Inquisição. Era uma estrutura laica e por isso (mas também pelo seu desafortunado destino) da capela pouco se sabe, nem sequer a localização. Restaram dois lanços de um dos pátios, ornados com uma arcaria fortemente caracterizada pela expressão insólita e/ou experimental dos seus capitéis jónicos,

rudes e montados na perpendicular à sua posição canónica. Jónicos contudo, como jónica é quase toda a gramática arquitectónica dos colégios da Sofia, opção correcta pois desde Serlio aconselhada para os recintos do saber.

Não apenas na sua inspiração pedagógica, mas também no seu modelo espacial, o Colégio das Artes ter-se-á inserido na linha evolutiva iniciada com o Colégio Trilingue (1517) da Universidade de Lovaina. O rasto da fulgurante carreira do seu mentor — André de Gouveia — de lá nos conduz pelos Colégios de Santa Bárbara da Universidade de Paris e pelo de Guyenne (Bordéus, 1533), que dirigiu antes de se instalar em Coimbra com alguns mestres também dali originários. É uma linhagem que terá o seu clímax e ocaso no Colégio Trilingue da Universidade Complutense (1557).

Fundada pelo Cardeal Cisneros em 1499 em Alcalá, a Universidade Complutense foi, com a de Salamanca e sob muitos aspectos, um dos principais modelos seguidos por D. João III para o planeamento da sua reforma. Desde os novos estatutos (apenas) promulgados em 1544 que, com excepção para algumas normas avulsas, foram uma espécie de cópia dos de Alcalá, até ao modelo de estrutura colegial que catalisou o planeamento e lançamento da Rua da Sofia. Com efeito, o modelo universitário de um colégio maior à cabeça de cinco colégios menores (em Alcalá eram sete) é, a par com a produção para tal de um ensanche urbanístico estruturado sobre uma rua a partir de uma das principais praças da cidade, também uma citação directa daquela universidade. Igualmente, as Escuelas Menores da Universidade de Salamanca, que entraram em funcionamento em 1533, não podem aqui ter deixado de ser consideradas, pois até a sua dimensão é próxima das dos colégios menores da Rua da Sofia. Note-se que mesmo no desígnio, frustrado, de se obter a adesão ao projecto dos prelados diocesanos, parece estar presente o espírito e o modelo complutense. Isso para não listar os muitos mestres ali contratados. A mudança para a Alta dissiparia o modelo formal/urbanístico, mas não tanto o programático e pedagógico. Aqui são evidentes outras citações formais, como a da também então recente Universidade de Granada.

Um dos aspectos que tem sido menos valorizado no processo e na realidade da Rua da Sofia é o facto de a sua abertura ter consistido numa acção urbanística verdadeiramente revolucionária para o urbanismo da cidade, em especial por ter ocorrido no momento em que a lenta, mas inexorável, subida do leito do Mondego ditava uma cada vez mais frequente e perniciosa invasão das margens. Tal facto aumentava consideravelmente o efeito de compressão do espaço de uma urbe centrada na Baixa, para o qual contribuíam a própria colina e as cercas conventuais de Santa Cruz e de São Domingos. Quando as águas invadiam o Arnado, a já de si apertada e única saída norte da cidade, a Rua Direita, ficava intransitável.

A abertura e nivelamento da Rua da Sofia implicaram a remoção de um considerável volume de

aterro, o reacerto dos acessos a Montarroio, a expropriação por escambo com múltiplos proprietários e o esvaziamento de uma mole urbana considerável — constituída por parte da antiga Judiaria Nova e do núcleo urbano de Santa Justa. A *rua nova* desde logo se constituiu como novo acesso norte da cidade, vindo erguida no seu extremo torre e porta com funções aduaneiras e de instauração de quarentenas, a Porta de Santa Margarida.

Como muitas outras ruas suas contemporâneas na Europa, mas essencialmente como algumas outras bem anteriores também em Portugal — a Rua da Calçada (hoje Ferreira Borges) de Coimbra, a Rua Nova de Lisboa, a Rua Formosa (hoje Rua do Infante) no Porto, a Calçada Velha de Aveiro, etc. — a Rua da Sofia foi planeada como um sistema urbano de ensanche contendo, não apenas o arruamento, mas também o território urbano necessário à sua conformação pela construção de edifícios que se pretenderam o mais possível regulares e repetitivos. A sua largura é, aliás, inferior à maioria desses casos. Curioso é que tenha vindo a constituir-se numa dimensão comum para os arruamentos principais de muitos projectos da futura *escola portuguesa*, designadamente as ruas do Ouro e da Prata, da Baixa de Lisboa. Porém, a principal citação, documento e testemunho para o seu estudo é ela própria. É paradoxal como no seu programa específico — o universitário — a Rua da Sofia se apresenta como um elemento inovador, o que se traduz nos conceitos, tudo indica, implícitos na sua composição e métrica, mas também na adopção de modelos da vanguarda europeia. Paradoxal, porque no que diz respeito à sua lógica urbanística é na tradição portuguesa tardo-medieval que se filia, o que é particularmente evidente na adopção do tipo *platea de rua nova* — ruas, como a Rua da Calçada, em Coimbra, a Rua Nova em Lisboa, e a Rua Formosa, no Porto, cuja largura e, essencialmente, as funções as faziam tender para praça — que patenteia nas suas dimensões, proporção e regulação do loteamento, e na sua consubstanciação como eixo estruturante do crescimento urbano às portas da cidade. Como em tudo o que há de surpreendente no urbanismo português, na Rua da Sofia conjugou-se inovação com tradição, bem como uma ineficácia na execução que muitas vezes (bem/mal?) se tem justificado como pragmatismo.

A razão urbanística que terá levado à abertura da Rua da Sofia sob o impulso da instalação da universidade — a exiguidade do espaço disponível junto ao centro urbano, a Baixa — acabou por ditar o seu próprio destino quando se constatou a insuficiência da nova estrutura e a impossibilidade do seu crescimento segundo os mesmos princípios de ordem e de proporção. Em contrapartida, em adiantado estado de despovoamento, a Alta permitiu à universidade e à cidade desenvolverem-se amplamente e em uníssono, segundo um partido contrário ao habitual para as demais cidades portuguesas. Além de uma monofuncionalidade específica, Coimbra voltou a ocupar o es-

paço alcandorado e defensivo original, expandindo-se ainda para além dele, a nascente. Entretanto, e apesar embora as possibilidades de desafio que o desenvolvimento tecnológico oitocentista trouxe à Baixa, a Rua da Sofia continuou a ser uma artéria fundamental do jogo viário, não tanto da vivência, da Baixa. Contudo mantém intacta a sua condição de símbolo não meramente toponímico, mas essencialmente urbanístico, cultural e ideológico de uma reforma que determinou a fixação e a refundação moderna para o Mundo da Universidade Portuguesa.

Walter Rossa

Arquitecto

Docente do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Imagens: 1: DGE/MN. Francisco Piqueiro/Foto Engenho. 2006; 2 a 4: Instituto Geográfico Português. www.igeo.pt; 5 a 7: Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com coordenação de Walter Rossa.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Este texto tem como base a dissertação de doutoramento do autor — *DiverCidade: Urbanografia do Espaço de Coimbra até ao Estabelecimento Definitivo da Universidade* — apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2001, actualmente em revisão para publicação. No seu nono e último capítulo (pp. 613-819), intitulado "Com (a) Alta (e a) Sapiência", surgem explanados os dados de contextualização e da acção disponíveis, bem como formuladas com detalhe e fundamento hipóteses interpretativas e prospectivas. Posteriormente, e sobre a arquitectura quinhentista de Coimbra saiu, de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra. Modelos e Programas Arquitectónicos*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, 2 vols., e a 2.ª edição de Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a Rua da Sofia: Arquitectura e Urbanismo no Século XVI*, numa edição EDARQ (Coimbra, 2006) do Relatório-Síntese para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, concluído em 1999. A abordagem do primeiro destes textos não se orientou no sentido de carrear novas informações e/ou interpretações para a temática que aqui é abordada. Por sua vez, o livro de Rui Pedro Lobo no que diz respeito a este âmbito temático não sofreu revisões ou anotações sobre a sua versão original (1999), pelo que aqui é desnecessário considerá-lo para além do que já foi feito em *DiverCidade*... Assim, e para todos efeitos, remete-se a contextualização e suporte documental e bibliográfico deste artigo para a tese de doutoramento do seu autor, o que aligeira o texto, mas não os seus fundamentos, e não exclui o incontornável contributo dos muitos que, antes de todos nós, proficuamente se dedicaram ao tema (o que se indica detalhadamente na prova académica que aqui é a referência).